

Tião Viana barra tentativa de construir novo anexo

CEDOC/ROOSEWELT PINHEIRO/AGÊNCIA SENADO

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), decidiu ontem proibir a inclusão de emendas no Orçamento de 2008 que autorizam a construção de um prédio anexo à Casa. A proposta, que há mais de dez anos vem sendo articulada por parlamentares, custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 21 milhões. Em ofício encaminhado ao diretor do Senado, Agacieli Maia, Viana determina que as áreas técnicas da Casa Legislativa não apresentem emendas ao Orçamento de 2008 referentes à construção do prédio.

"Esclareço que apesar das comissões diretoras dos últimos 20 anos tentarem através de várias emendas a construção desse novo espaço, esta presidência entende ser inoportuna a apresentação da referida emenda", afirmou Viana.

Viana disse que decidiu proibir a sua execução ao tomar conhecimento de articulações para a construção do anexo três do Senado. "Não consta tal decisão, mesmo assim determinei que qualquer emenda não seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento. O gasto pode não refletir as despesas da Casa neste momento."

O prédio teria como principal função abrigar as comissões técnicas da Casa que funcionariam com espaço limitado. O projeto prevê que o anexo teria



■ VIANA DETERMINA QUE NÃO SEJA APRESENTADA EMENDA PARA OBRA

três pisos, com 1.300 vagas de garagem e gabinetes de apoio.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) havia encaminhado o ofício a Viana com o pedido para suspensão das obras com o argumento de que o Senado não deve incorporar, neste momento, "gastos vultosos". "Tenho para mim que uma decisão dessa natureza, pelo alcance em termos de economia nos gastos públicos, contará com a compreensão dos colegas do Senado e será bem-vinda por parte da sociedade", afirmou Simon.

O presidente interino do Se-

nado também divulgou nota oficial de três páginas para rebater dados divulgados pela ONG (organização não-governamental) Transparência Brasil de que o Legislativo brasileiro custa R\$ 6 bilhões aos cofres públicos.

"Os dados apresentados pela ONG são errados e as conclusões assentadas sobre uma metodologia completamente equivocada." Viana afirma que a ONG não levou em conta que 25% dos gastos do Congresso "referem-se a despesas com inativos e pensionistas que são de responsabilidade da União".